

CELEBRAR A RECONCILIAÇÃO

Introdução

Possivelmente, talvez nenhum outro sacramento tenha sofrido tão grande quebra, nas últimas décadas, como o sacramento da Penitência/Reconciliação. Se nos anos 50 ainda era habitual os cristãos devotos se confessarem uma vez por mês ou, ao menos, pelo Natal, pela Páscoa e na altura de Fiéis Defuntos, hoje, muitos abandonaram a prática deste sacramento. É difícil encontrar aquelas filas longas junto do confessionário, a não ser em alguns mosteiros, em lugares de peregrinação ou em determinados dias festivos. A diminuição da prática deste sacramento tem a ver, seguramente, por um lado, com a frequência excessiva com que os fiéis se confessavam noutros tempos, mas, por outro, também com uma ausência de teologia do sacramento da Penitência/Reconciliação e de uma prática adequada. Não tem muito sentido lastimar a frequência das confissões dos anos 50, pois tal não estava, necessariamente, de acordo com a intenção de Jesus, mas correspondia antes à intencionalidade da Igreja. Era um sinal de que a Igreja tinha poder sobre as almas/pessoas. Mas o elevado número de confissões obtinha-se, ao mesmo tempo, às custas de muito medo, de muitos traumas e culpabilizações mórbidas.

Durante os meus 17 anos de sacerdócio, já completados, tive ocasião de experimentar a força libertadora e salvífica que o diálogo da confissão confere às pessoas. Por isso, é minha intenção apresentar o sacramento da Penitência/Reconciliação como uma proposta de cura e de salvação que Deus nos oferece. Em numerosos diálogos com pessoas que procuram conselho e ajuda, dei-me conta da importância que o tema da culpa e o sentimento de culpabilidade têm para muita gente.

A confissão é o espaço onde as pessoas podem falar de maneira conveniente sobre os seus pecados/fragilidades e sentimentos de culpa. Mas a confissão é mais do que isso: nela, as pessoas podem experimentar o perdão das suas faltas, reabilitar-se, recomeçar a vida, uma experiência de desenvolvimento e de reconciliação. Nenhum outro sacramento se parece tanto com entrevistas psicoterapêuticas como a

Confissão. Ao mesmo tempo, psicólogos e psiquiatras invejam este sacramento, no qual não se fala apenas das próprias culpas, mas onde, através de um rio que penetra as profundezas do inconsciente, se concede, de modo eficaz, o perdão das mesmas culpas.

Neste sentido, considero ser meu dever salientar essa riqueza da nossa tradição cristã para os homens do nosso tempo. Efectivamente, a acção libertadora e salvífica da confissão/reconciliação só poderá tornar-se clara se tivermos em conta tanto a teologia como a prática desse sacramento, e nos interrogarmos sobre o seu significado para nós, nos dias de hoje.

I. Pistas para compreender o sacramento da penitência

1.1. Significado da palavra

Na linguagem popular fala-se, normalmente, de «confissão». A teologia fala do «sacramento da Penitência». Na verdade, o termo «confissão» designa o acto através do qual se declaram as próprias faltas. Mas isto refere-se apenas a uma parte essencial do sacramento da Penitência. A confissão, como declaração dos pecados, não é uma invenção do Cristianismo. Em quase todas as religiões é habitual que as pessoas, cujas relações com Deus foram perturbadas pelo pecado, possam «normalizar» essas relações através do reconhecimento das próprias faltas. Em muitas religiões existe a confissão pública. Quando a ordem da vida é perturbada, os homens têm de a restabelecer através da confissão pública dos pecados. No Budismo, já desde os seus primórdios, os monges praticam a confissão para manter puro o caminho de salvação (Asmussen). No Novo Testamento, encontramos o reconhecimento dos pecados perante Deus (Jo 1, 19-20) e a confissão de uns aos outros: «Confessai uns aos outros os vossos pecados e rezai uns pelos outros para serdes curados» (Tg 5-16). Aqui não se está ainda a pensar na confissão perante um sacerdote, mas na manifestação recíproca dos pecados, que, ao mesmo tempo, está vinculada a uma oração.

A Bíblia, sobretudo o Novo Testamento, não emprega o termo «penitência» mas, antes, o de «conversão». Jesus de Nazaré, tal como João Baptista, pregou a conversão. Contudo, não anuncia o juízo, mas, antes, a proximidade do Reino de Deus.

As pessoas devem converter-se porque, na sua pessoa, o próprio Deus vem ao encontro dos homens. As primeiras palavras de Jesus no Evangelho de São Marcos são estas: «O tempo já se cumpriu e o Reino de Deus está próximo. Convertedei-vos e acreditai no Evangelho» (Mc 1,15). Metanóia (conversão) significa, na realidade, «mudança de mentalidade, pensar de maneira diferente, olhar para além das coisas». A melhoria e a mudança do comportamento começam com um novo modo de pensar. Só quando acontece esta mudança de mentalidade, se pode transformar o comportamento.

O Baptismo é uma profissão de fé em Jesus Cristo como Senhor e Messias. Nele, aquele que se converte é obsequiado com o perdão dos pecados e com o dom do Espírito Santo. Ao mesmo tempo, lava o seu passado para que possa começar de novo. Para isso, recebe a necessária capacitação por meio do dom do Espírito Santo. O baptizado também fica cheio do Espírito de Jesus. Tal como Jesus, que pregou e curou com o poder do Espírito Santo, pode agora empreender um novo caminho, o caminho da verdadeira vida.

«Reconciliação» é um conceito central no Novo Testamento que significa «reparar», «desagravar», «satisfazer», «acalmar», «apaziguar», «tranquilizar» e «beijar». A palavra latina para reconciliação é *reconciliatio*, o que significa «reincorporação, reintegração». Neste caso, reflecte uma experiência de ruptura e de discórdia entre indivíduos e entre grupos de pessoas. A reconciliação cria a paz e restabelece, de novo, a comunidade.

O conceito de «reconciliação» também se pode referir às relações com Deus. Através do pecado, o ser humano afasta-se de Deus, torna-se estranho para Ele. Rompe a sua relação com Ele. A «reconciliação», o restabelecimento da comunhão, é, na Bíblia, sempre um dom que Deus oferece, livremente, aos homens. O ser humano não tem que conseguir a reconciliação através de qualquer espécie de penitência. Apenas pode aceitá-la em atitude de gratidão. Para São Paulo, esta é a Boa Nova que ele anuncia em nome de Jesus; «Foi Deus que, em Cristo, reconciliou o mundo consigo. Em nome de Cristo, vos pedimos: reconciliai-vos com Deus» (2 Cor 5, 19-21).

1.2. Um olhar sobre a história

A Igreja conheceu, desde o início, ritos penitenciais. Cada vez que rezavam o Pai-nosso, os cristãos diziam: «Perdoai as nossas ofensas, assim como nós perdoamos a quem nos tem ofendido. «Foi assim que Jesus ensinou a rezar. A oração do Pai-nosso concluía o louvor da manhã e da tarde, na Igreja primitiva. Portanto, começava-se o dia com um pedido de perdão, e terminava-se da mesma maneira. O Pai-nosso era rezado em cada Eucaristia, antes da comunhão. Quando, na Ceia, o cristão se queria unir a Cristo e, por Ele, aos seus irmãos e irmãs, pedia a disposição para se converter e perdoar aos devedores. Desta forma, a Eucaristia estava vinculada, desde o início, a um rito penitencial.

Contudo, só a partir do início do século III se desenvolveu um processo penitencial para os pecadores que haviam abandonado a comunhão eclesial, por exemplo, por terem abandonado a fé ou cometido um pecado público, como era o caso de um assassinio ou de um adultério. Nestas situações, os pecadores reconheciam na comunidade esses pecados e eram excluídos da eucaristia enquanto não se arrependessem, e o arrependimento era expresso na comunidade pela bênção do presidente que o admitia na comunhão e na ceia eucarística.

O desenvolvimento dos rituais de penitência para a reintegração destes cristãos constituiu o gérmen do sacramento da Penitência. A sua história é determinada por duas fontes: em primeiro lugar, a «confissão» como reconciliação, que tem a sua origem nos ritos penitenciais das comunidades cristãs; e, em segundo lugar, pela «confissão» como direcção espiritual, que se praticava no monacato primitivo.

1.2.1. A confissão como reconciliação

Por meio da confissão e da reconciliação, eram, na Igreja primitiva, admitidos, novamente, na comunhão eclesial, cristãos que, após o Baptismo, haviam cometido um pecado grave, ou seja, aqueles que haviam renegado a sua fé e cometido adultério ou assassinio. Durante muito tempo, discutiu-se na Igreja se era ou não possível que alguém que, pelo Baptismo, houvesse aderido, totalmente, a Cristo, mas que tendo

atraído a sua decisão por uma falta grave, pudesse ser admitido, de novo, na comunidade eclesial. Perante este rigorismo, acabou por se impor a práxis mais moderada. Quando o pecador confessava as suas faltas perante o bispo, era admitido na ordem dos penitentes. Esses penitentes eram, então, excluídos da celebração da Eucaristia. A chamada «reconciliação» era levada a cabo através de um rito próprio que incluía a oração da comunidade, a imposição das mãos por parte do bispo e a plena participação na Eucaristia.

1.2.2. A confissão individual litúrgica

A partir da Alta Idade Média, a penitência pública da Igreja foi, progressivamente, substituída pela confissão particular. Esta prática chegou ao continente vinda da Irlanda. Na Igreja primitiva, o pecador tinha de cumprir a penitência antes de receber a absolvição. Na confissão privada, a absolvição era dada antes da imposição da penitência, de modo que esta última se converteu mais num gesto simbólico. Já nada tinha a ver com a penitência pública inicial. A confissão particular podia repetir-se com frequência.

No século XIX, graças às missões populares, na altura muito em voga, estendeu-se o costume de se confessar o mais frequentemente possível. Surgiram, assim, as chamadas «confissões por devoção». Quem se confessa com frequência, recebe mais graça. Entendia-se a graça quase como algo quantificável, como se alguém, através de determinadas acções, por exemplo, confessar-se ou rezar orações jaculatórias, pudesse garantir o maior número possível de favores divinos.

Na piedade popular do último século, a confissão andava, estreitamente, ligada à Eucaristia. Na espiritualidade rigorista do Jansenismo, movimento de orientação católica que teve lugar na França no século XVII e XVIII, acreditava-se que o cristão só era digno de se abeirar da Comunhão se antes se tivesse confessado. Desta forma, a recepção da Eucaristia transformou-se num acontecimento raro, para o qual a pessoa se deveria preparar através da confissão. Isto teve como consequência, que as confissões nunca foram tão frequentes como na primeira metade do século XX. Contudo, este modo de entender a confissão já não correspondia à teologia da

penitência da Igreja primitiva. Por isso, não é de admirar que a práxis da confissão, conhecida até aos anos 50, tenha decaído nos nossos dias.

1.2.3. A confissão como direcção espiritual

A direcção espiritual não era entendida como um sacramento, mas como o acompanhamento de que todo o monge necessitava para avançar no seu caminho espiritual. Esta actividade do conselheiro espiritual poderia comparar-se a entrevistas terapêuticas, isto é, consistia num autêntico processo de autoconhecimento. Tratava do progresso do caminho para Deus, mas abordava, também, os aspectos mais obscuros, tais como os maus pensamentos que se deviam manifestar ao pai espiritual para os poder dominar. À medida que as comunidades monásticas foram acolhendo nas suas fileiras um maior número de sacerdotes, a confissão, como direcção espiritual, foi adquirindo um carácter sacramental. Uma vez que na confissão sacramental se trata do perdão das culpas, o conteúdo próprio da confissão na direcção espiritual teve de ser apresentado a partir da perspectiva do pecado.

1.2.4. A confissão, uma obrigação?

A história do sacramento da Penitência mostra que a nossa forma actual de confissão, como reconhecimento, por parte do penitente, dos próprios pecados no confessional, seguido de algum conselho por parte do confessor, não reflecte a intenção genuína que a Igreja associou ao sacramento da Reconciliação. Temos de regressar novamente às fontes, para aproximar a confissão do homem do nosso tempo como uma proposta carinhosa de ajuda eficaz. Infelizmente, ainda hoje há muitos crentes que ficaram profunda e negativamente marcados pela confissão. Por vezes, a confissão deu lugar a abusos espirituais. Os penitentes eram submetidos a interrogatórios e, frequentemente, julgados. Com base na obediência, foram-lhes dadas orientações que lhes exigiam demasiado e lhes causavam danos. Em vez da compreensão e da misericórdia, alguns fiéis experimentaram dureza e desumanidade. Estas feridas deram origem, em muitos casos, a um grande medo da confissão ou provocaram um total afastamento.

Muitos pensam que, como cristãos, «se deviam confessar». Contudo, a confissão não é uma «obrigação». Temos a possibilidade de nos confessar. Na confissão, podemos experimentar a Deus que vem ao nosso encontro e nos perdoa. Sob o ponto de vista teológico, só devemos confessar os pecados mortais. Mas os pecados mortais são aqueles pecados em que, com plena liberdade de consciência, tomamos uma decisão grave contra Deus. A maioria dos pecados não são fruto de uma decisão consciente contra Deus, mas pecados da fragilidade, pecados em que somos dominados pelas nossas paixões e emoções. A psicologia diz-nos que uma decisão, absolutamente livre, é algo bastante raro. No caso da maioria das faltas e pecados de que nos confessamos, não é necessária uma absolvição, mas antes «um esforço sistemático de purificação» (Bacht). Daí que, muito do que noutros tempos se abordava na confissão, entendida como direcção espiritual, seja, hoje, objecto do acompanhamento espiritual. Na direcção espiritual, trata-se de chegar ao conhecimento das profundezas do próprio coração, de desenvolver as estratégias que permitam modificar o comportamento e de pôr em marcha os mecanismos psicológicos que intervêm sempre nas mesmas faltas.

Mesmo que a maioria das confissões que se atendem no confessional, ou em diálogos fora dele, se incluam no âmbito da direcção espiritual, continua a existir a confissão como reconciliação. Quando as pessoas cometem uma falta que não podem perdoar a si próprias, sentem a necessidade de experimentar que Deus as acolhe e que a comunidade humana as recebe de novo. Pela culpa, o ser humano sente-se excluído da comunidade. Precisa do rito da confissão para se tornar a sentir membro da comunidade e para se reconciliar consigo mesmo. Naturalmente que a reconciliação está presente em toda a confissão. Recorremos, continuamente a Deus, como seres humanos, incapazes de nos aceitar, insatisfeitos connosco mesmos e que, por isso mesmo, queremos experimentar, na confissão, de maneira visível e palpável, o acolhimento de Deus.

Culpar-se e desculpar-se

Face às nossas culpas, temos de evitar duas tendências: deitar culpas sobre nós próprios ou desculparmo-nos delas. Quando nos culpamos a nós próprios, flagelamo-

nos e castigamo-nos com sentimentos de culpa. Dramatizamos, assim, a nossa culpa. Desta forma, não nos distanciamos em relação ao próprio pecado. Não lidamos, verdadeiramente, com a nossa culpa, mas deixamo-nos dominar e afundar por ela. Este rebaixamento de si próprio é, frequentemente, irreal, não corresponde à realidade. Por isso, impede o desenvolvimento de uma sincera autocrítica e do assumir da própria responsabilidade. As pessoas condenam-se de forma genérica e evitam considerar o estado objectivo das coisas. Com frequência, esta «autoculpabilização» não é mais do que o lado contrário do próprio orgulho. No fundo, pretende-se ser melhor do que os outros e colocar-se acima deles.

Outro perigo consiste em se desculpar. Também isto é um modo de iludir a própria culpa. Procuram-se mil razões para que não se seja culpado. Tenta-se justificar-se com todos os argumentos possíveis. Quanto mais alguém se quer justificar, tanto maiores são as dúvidas que lhe surgem. Não resta, então, outra saída do que procurar novas razões e justificações. A recusa em enfrentar o próprio pecado obriga a uma maior actividade. Não se pode suportar o silêncio, pois, neste caso, iriam reaparecer, imediatamente, os sentimentos de culpa e haveria a sensação de que todas as tentativas de justificação cairiam no vazio.

Diálogo Libertador na Reconciliação:

Enfrentar a própria culpa faz parte da dignidade do ser humano, e é expressão da sua liberdade. Sempre que minimizo a culpa, atribuindo a outros a responsabilidade ou buscando subterfúgios, estou a despojar-me desta dignidade, estou a privar-me da minha liberdade. Se, pelo contrário, assumo as responsabilidades do meu fracasso, renuncio a qualquer tentativa de justificação e de atribuir a culpa aos outros. Esta é a condição indispensável para poder progredir, interiormente, como pessoa, para poder fugir da prisão da minha constante autopunição e auto-humilhação, e para me encontrar comigo próprio.

O reconhecimento da própria culpa, perante outro ser humano, conduz, com frequência, à experiência de uma maior proximidade e duma mais profunda compreensão recíproca. Por isso, o meio mais adequado para abordar a própria culpa é o diálogo com outra pessoa. Nesse diálogo, reconheço a minha culpa, mas, ao

mesmo tempo, distancio-me dela. Manifesto a minha disponibilidade para aceitar as regras básicas da comunidade humana. Neste diálogo, posso experimentar que já nada me separa dos outros, porque nada tenho a ocultar. Sinto como o outro ou a outra olham para a minha culpa e não se assustam, nem sentem repugnância ou preparam qualquer golpe de retaliação, mas que me tratam como alguém, a quem nada de humano é alheio. O sentido da confissão seria, então, enfrentar a própria verdade e reconciliar-se com ela. Talvez o penitente chegue a conhecer, através do diálogo, que a sua culpa não reside, efectivamente, no que confessou, mas antes na recusa em enfrentar a própria verdade.

II. Estrutura do Sacramento da Penitência

Quando me sento no confessionário para «atender confissões», a maioria delas não demora mais do que alguns minutos. Frequentemente, o que as pessoas apresentam é demasiado formal. Nesta situação, não me é fácil celebrar o sacramento em sentido pleno. Sei, contudo, que, para muitos, é difícil falar, pessoalmente, de si próprios. Por isso, posso, pelo menos, perguntar o que é que lhes pesa mais na consciência, e o que é, para eles, o problema maior. Alguns ficam agradecidos por esta interpelação e, repentinamente, contam de forma pessoal o que lhes vai na alma. Outros, fazem como se não tivessem ouvido a minha pergunta. Então, renuncio à mesma e não insisto mais. Respeito o facto de que estas pessoas só podem realizar a confissão na forma que aprenderam. Deste modo, não me resta outra coisa senão dirigir-lhes palavras afectuosas e encorajá-las no sentido de se perdoarem a si próprias. Procuo não impor a penitência habitual de um Pai-nosso ou duas Ave-Marias, mas convido-as a reflectirem, durante alguns minutos, sobre aquilo em que se sentem agradecidos na sua vida, ou sobre as mudanças que desejam no futuro. Desta maneira, espero que a confissão se torne, para estas pessoas, mais do que um acto formal.

Uma celebração autêntica e convicta do sacramento da reconciliação implica todo um processo, suficientemente longo, num contexto acolhedor, para se realizar um diálogo espiritual.

2.1. Saudação

A confissão começa com uma saudação. O sacerdote e o penitente, através do sinal da cruz, recomendam-se ao amor misericordioso de Deus que resplandeceu de forma visível na cruz de Cristo. A seguir, o sacerdote pode pronunciar uma breve oração. O Ritual apresenta uma exortação dirigida ao penitente, para que este ponha a confiança em Deus: «O Senhor esteja no teu coração, para que, arrependido, confesses os teus pecados.» Eu prefiro rezar com palavras próprias, dizendo algo semelhante: «Deus bondoso e cheio de misericórdia, N. veio apresentar-te a sua vida com altos e baixos. Faz com que reconheça o que o impede de caminhar para ti e o que dificulta a sua vida. Envia-lhe o Espírito Santo e liberta-o de tudo aquilo que o oprime. Faz com que creia no teu perdão e infunde nele o teu Espírito para que possa perdoar-se a si próprio, de forma que, fortalecido e livre, possa continuar a percorrer o seu caminho. Por Cristo Senhor Nosso».

De seguida, dever-se-ia ler um breve texto da Palavra de Deus. É à luz da Palavra que se celebram todos os sacramentos.

2.2. O exame de consciência

Muitas pessoas não sabem o que devem confessar. Não as satisfazem os esquemas habituais para o exame de consciência, nos quais lhes é sugerido o que devem examinar em si próprias. Algumas enumeram os mandamentos, acusando-se de ter faltado a um ou a outro. Para muitas pessoas, isto parece demasiado superficial e formal. Tem dado bom resultado organizar a confissão à volta de três aspectos: as minhas relações com Deus, o meu comportamento comigo próprio e as relações com o próximo. O penitente pode rever estas três dimensões e contar o que se passa com ele, em que aspectos não está satisfeito consigo próprio, e em que se sente culpado.

Muitos dizem que não têm muito para confessar. Acham, sobretudo, que não há nada na sua vida de que devam arrepender-se. Contudo, não se trata apenas de confessar os pecados. Já é importante que alguém reflecta sobre a sua própria vida e fale dela. Por certo que há aspectos em que cada um não se sente satisfeito consigo próprio. Evidentemente que, por vezes, não se pode determinar, de forma clara, se

algo é pecado ou apenas uma fraqueza, distração, faltas quotidianas. Também isso não é o mais importante. Do que se trata é reflectir sobre a própria vida e manifestar o que nos inquieta.

Há pessoas que vêm à confissão com uma falta concreta, com algo que naquele momento as aflige bastante. Durante o diálogo, limitam-se a uma única questão. Isto tem o seu sentido, confessam apenas o que, nesse momento, as aflige. Mas desejam confrontar-se, realmente, com este problema.

Quando expõem em que consistem os seus problemas, o sacerdote pode perguntar em que medida isso os afecta, o que é que poderiam fazer de maneira diferente, de que é que seriam capazes e quais são os seus desejos. Também pode perguntar se estão dispostos a perdoar-se a si próprios. De facto, de pouco adianta que o penitente se limite a acusar-se e a culpabilizar-se se não está disposto a acreditar na misericórdia de Deus e a ser indulgente para consigo mesmo. As perguntas do confessor não devem corresponder à mera curiosidade, mas ajudar, antes, o penitente a ser mais explícito e a descobrir com maior clareza onde é que, efectivamente, reside o problema. Ao falar deles, os sentimentos vêm à luz do dia, de modo que, mais facilmente, se podem clarificar.

Dado que muitas pessoas têm dificuldades sobre o que devem confessar e como devem falar acerca de si próprias, gostaria de dar algumas sugestões. No que respeita às relações com Deus, poderemos fazer as seguintes perguntas: Qual o papel que Deus tem na minha vida? Conto com Ele? Procuo-o? Ou vivo como se Ele não existisse? Como começo e como termino o meu dia? Tenho algo que me recorde a presença de Deus? De manhã, coloco-me na presença de Deus? Dedico algum tempo à oração, ao silêncio, à leitura? A minha relação com Deus tornou-se vazia? Quais são os meus desejos a este respeito? Sirvo-me de Deus para os meus próprios interesses ou apresento-me a Ele como eu Sou? É Deus a meta da minha vida e a fonte que me faz viver? Todas estas perguntas não se ocupam, directamente, da questão do pecado, mas da qualidade das minhas relações com Deus. Falar delas, torna-se visível aqueles aspectos em que me fecho perante Deus. Este fechar-se a Deus tem, de facto, a ver com a culpa, mesmo que não signifique o incumprimento de um mandamento. Trata-se de perguntar a que é que o meu coração está apegado, e o que é que o determina.

No que respeita à relação comigo, posso perguntar-me como é que me trato a mim próprio: Sou eu que vivo ou são os outros que comandam a minha vida? Sou, interiormente, livre ou tornei-me dependente de pessoas, de coisas e de hábitos? Como é que são os meus hábitos de comer e de beber? Cuido, correctamente, da minha saúde? O que é que faço pela minha saúde? Quais são os meus hábitos e costumes? Organizo o meu dia-a-dia ou vivo ao deus-dará? Condeno-me a mim próprio? Tenho falta de auto-estima? Quais são os meus pensamentos? E os meus sentimentos e fantasias? De onde é que vêm? Como abordo estas realidades? Que relação tenho com o meu corpo? Deixo-me levar por sentimentos depressivos, mergulho na autocompaixão? Deixo-me afundar, lamentando-me constantemente?

No que respeita às relações com o próximo, também se pode começar com aquelas que, particularmente, me preocupam. Como vejo o conflito, do meu ponto de vista? E qual será o ponto de vista dos outros? Qual a história anterior que conduziu a este conflito? Que recordações me traz a outra pessoa? Por que me é tão difícil aceitá-la? Em que é que me ofendeu? Qual é a parte mais sensível em mim? Trata-se, pois, de descrever o conflito, sem me culpar ou desculpar a mim ou à outra parte. Ao expor o conflito, pode tornar-se claro qual é a minha parte da culpa, e o que é que em mim pode melhorar. Quando reflecto sobre as minhas relações com os outros, posso interrogar-me sobre quem falo mais vezes, e como falo acerca dessas pessoas, se as desprezo ou as respeito, se me coloco acima delas. Em que é que eu ofendi os outros? Sou atencioso para com eles? Preocupo-me com eles ou penso apenas em mim mesmo?

2.3. Palavras de alento

No diálogo que tem lugar durante a confissão, o sacerdote pode perguntar, novamente, ao penitente, como é que se sente nos diversos aspectos, como enfrenta os seus problemas e as suas faltas. Contudo, estas perguntas têm de servir para obter uma maior informação e ajudar o penitente a conhecer e a descrever melhor a sua situação. Em determinadas circunstâncias, pergunto ao penitente em que é que se sente culpado naquilo que contou e em que aspectos se ignorou a si próprio e fechou o coração. Com estas perguntas, pretendo levar o penitente à sua verdade mais

profunda: em que ponto não vão bem as coisas na minha vida; em que sentido recuso a vida que Deus me destinou?

Após a confissão, é conveniente que o sacerdote descreva as suas impressões. Diz o que o chamou mais a atenção e quais os pensamentos que lhe vieram à mente enquanto o penitente se confessava. Para isso, tem de ter em conta os seus próprios sentimentos e abordar aquilo que o impressionou. É uma espécie de feedback que pode ajudar o penitente a olhar a situação de maneira diferente, reflectida no espelho de quem o escutou. A partir deste feedback, pode entabular-se um novo diálogo. Mas a conversação deve ser breve e relacionar-se apenas com as consequências da confissão.

2.4. Um plano de acção

Por vezes, por detrás desta prática estava a ideia de que se tinham de expiar as próprias culpas. Tal não corresponde, contudo, à nossa compreensão actual da confissão e da penitência. Não se trata de saldar uma dívida, mas, antes, de ajudar o penitente a progredir no caminho interior. O sacerdote pode perguntar-lhe qual é o seu propósito, em que é que ele gostaria de melhorar. Não se trata de propósitos que não serão cumpridos, mas, sim, de passos concretos que vão ajudar.

Muitas pessoas fazem propósitos que estão, antecipadamente, condenados ao fracasso. É que eu não me posso propor ser mais amável a partir deste momento, e jamais voltar a reagir de forma agressiva... Não me posso impor os sentimentos. Em vez de propósito, prefiro falar do «plano de acção», uma espécie de programa de vida que o próprio penitente pode colaborar para si. Só se pode fazer um propósito de algo concreto. Assim, por exemplo, posso fazer o propósito de rezar todas as manhãs, ao sair de casa, pelas pessoas com quem me vou encontrar neste dia. Mas não está nas minhas mãos se, de facto, as vou ou não encontrar. O que posso ter sempre presente é o objectivo final. Se o consigo ou não, depende de muitos outros factores.

Tal «plano de acção» não se caracteriza pela dureza da penitência como era frequente na Idade Média. Distingue-se, antes, pelo optimismo que nasce, de facto, de sabermos que não fomos entregues às nossas fraquezas. São muitos os que pensam que nos confessamos sempre da mesma coisa; mas isto careceria de sentido quando,

no fundo, nada acontece. É certo que não nos podemos mudar a nós próprios, mas podemos exercitar-nos no sentido de que algo se torne diferente, experimentando, assim, novos caminhos. Será, por isso, tarefa do sacerdote incentivar o penitente a descobrir, ele próprio, o que deve fazer para progredir interiormente. E se nada lhe ocorre, o sacerdote pode propor-lhe algo. Mas tal nunca pode ser entendido como vindo de fora. Eu costumo perguntar ao penitente se pode imaginar esta ou aquela possibilidade como possível, e se a mesma lhe parece realista.

2.5. A responsabilidade de assumir as próprias faltas

O Ritual da Penitência prevê, após a confissão, uma breve oração em que o penitente manifesta o seu arrependimento, normalmente através do acto de contrição. Esta contrição ou o arrependimento não pode ser entendido como desprezo por si próprio, porque inviabiliza qualquer incentivo para a mudança. O Concílio de Trento definiu a contrição como «dor da alma e aversão pelos pecados passados com o propósito de, no futuro, jamais voltar a pecar». Hoje, temos dificuldades com esta linguagem. Karl Rahner pede que se reformule, cautelosamente, este conceito, de modo a tornar-se compreensível para o homem dos nossos dias. A contrição «nada tem a ver com uma comoção psicológica ou espiritual (estado de abatimento)» (Rahner). Consiste, antes, em dizer «não», relativamente a uma acção passada. Isto não significa que reprimo o meu passado, mas que o enfrento e estou disposto a assumir a responsabilidade. Mais importante do que a análise do passado é «o regresso incondicional ao Deus do amor e do perdão» (Rahner).

2.6. O perdão

Após a confissão e o diálogo do sacerdote com o penitente, o primeiro dá a «absolvição». Esta palavra significa dissolução, separação, libertação de algo. Em nome de Jesus, o sacerdote declara o penitente livre da sua culpa. Concede-lhe o perdão de Deus.

O Ritual da Penitência prevê, para este momento, a imposição das mãos. Cada vez que, como sacerdote, imponho as mãos ao penitente, este pode experimentar,

fisicamente, o acolhimento incondicional de Deus. A fórmula da absolvição estabelecida pelo Ritual, nº 46, é a seguinte: «Deus Pai de misericórdia, que pela morte e ressurreição do seu Filho, reconciliou o mundo consigo e infundiu o Espírito Santo para a remissão dos pecados, te conceda, pelo ministério da Igreja, o perdão e a paz. Eu te absolvo dos teus pecados em nome do Pai, e do Filho e do Espírito Santo. Ámen.» Todavia, pode ser conveniente fazer anteceder esta oração oficial por outra mais pessoal, em que o sacerdote resuma, de novo, o que de mais importante foi dito no diálogo que manteve com o penitente. Tal oração podia ser assim: «Deus bom e misericordioso, dou-te graças por tudo o que concedeste a N. e por tudo o que nele realizaste. Perdoa-lhe as faltas que cometeu, perdoa o mal causado a si próprio e a outras pessoas, e pelas vezes que se afastou de ti. Derrama, sobre ele, o teu Espírito, para que renove toda a sua vida, e põe-no em contacto com a fonte interior do teu amor. Faz com que o teu amor de perdão penetre todas as partes da sua alma, para que possa perdoar-se a si mesmo e se sinta incondicionalmente acolhido por ti. Por isso, em nome da Igreja, te digo: “Deus, Pai de misericórdia...”»

2.7. Continuar o caminho confiando na Misericórdia de Deus

A confissão termina com a despedida do penitente. A liturgia propõe a seguinte fórmula: «O Senhor perdoou-te os teus pecados. Vai em paz» (Ritual). Se parecer oportuno, o sacerdote pode dar ao penitente uma saudação de paz, no sentido de que Deus o acolhe totalmente e que a comunidade da Igreja responde de maneira afirmativa.

Parece-me, de facto, importante que o penitente deseje esta bênção de Deus para o seu futuro, no sentido de o encorajar a não desanimar, e que continue a caminhar confiando na misericórdia de Deus. Não vai fazer tudo bem neste caminho. Todavia, pode ter a certeza que a proximidade amorosa e salvífica de Deus o vai acompanhar sempre, e em qualquer lugar.

Conclusão

A confissão/reconciliação é um instrumento concreto e poderoso que Cristo deu à Igreja para nos reconciliarmos connosco e com os outros, para vivermos em constante conversão e experimentarmos Deus como aquele que nos ama incondicionalmente. Não podemos ver a confissão como algo isolado, nem separá-la do conjunto da pregação de Jesus. Ela só adquire o seu significado no âmbito do convite de Jesus para levarmos uma vida de acordo com a vontade de Deus e que, ao mesmo tempo, corresponda à nossa condição humana. Na confissão, encontramos Jesus Cristo como aquele que perdoa as culpas aos pecadores. E também encontramos o Deus de Jesus Cristo, o Deus que nos liberta das nossas faltas e dos nossos sentimentos de culpa, o Deus que nos permite experimentar o seu amor misericordioso neste sacramento.

Pessoalmente, não posso dizer que tenha gosto em me confessar, mas sei que isso é bom para mim. De tempos a tempos, preciso de parar para pensar melhor a minha vida, e fazer um balanço: será que vivo de forma correcta? Nesse caso, tenho de vencer um certo grau de resistência e ir à procura de um Sacerdote que me atenda em confissão. Mas, depois da confissão, sinto que foi bom. É certo que eu não vou mudar totalmente. Vou continuar a viver com os meus problemas e as minhas faltas diárias. A confissão, porém, dá-me forças para começar de novo e viver numa forma mais consciente e mais atenta. Por vezes, descubro na confissão falhas em que caio continuamente. A confissão torna-me mais sensível. A experiência do perdão faz-me sentir que já não preciso de estar sempre a vasculhar o passado. O passado está enterrado. Posso deixá-lo ficar sepultado.

A confissão é o lugar onde podemos experimentar que Deus, com o seu amor e o seu perdão, jamais nos abandona, que o perdão de Deus cobre todas as nossas faltas e que somos acolhidos por Ele de maneira incondicional. Para mim, como confessor, é sempre maravilhoso poder contemplar como pessoas, que se sentiam acobreadas pelo peso da culpa, regressam livres a suas casas. Experimentaram a ideia maravilhosa que Jesus teve ao dar-nos o Sacramento da Confissão como lugar da reconciliação.